

# FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA PUC-CAMPINAS E A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Suely Galli SOARES  
Suzy Mari PREGNOLATO  
Katia Moreno CAIADO  
Maria Eugênia CASTANHO\*

## RESUMO

*A educação à distância e as indagações por ela trazidas ao sistema educacional são abordadas pelas autoras no contexto da modernidade e das novas tecnologias implicadas na relação ensino e aprendizagem. Os aspectos históricos da EAD no Brasil desencadeiam questões conceituais e metodológicas que revelam inquietação e desafios ao educador. A Lei 9394/96 (LDB) apresenta 9 artigos que possibilitam a EAD para o Brasil, apontando para a necessidade de contextualização da realidade brasileira, da introdução de computadores nas escolas e da problemática que representa seu uso. Tais reflexões têm ocupado as pautas de estudos e discussões da Faculdade de Educação da PUC-Campinas que busca avançar da posição do preconceito para a posição de formação contextualizada do conceito da EAD, consciente dos limites e coerente com um Projeto Pedagógico comprometido socialmente.*

**Palavras-chave:** EAD educação à distância - tecnologia - aprendizagem – computadores.

## ABSTRACT

*In this paper, the authors discuss distance learning and the issues it brings out about the educational system in the context of modern times and new technologies implicated in teaching/learning relations. The historical aspects of distance learning in Brasil arouse conceptual and methodological issues which reveal challenges to the educator. The Public Law 9394/96 (LDB) presents 9 articles which direct distance learning for Brasil, pointing towards the need to contextualize Brazilian reality, the need for introducing computers in schools and the need to understand the various issues raised by their use. Such reflections have motivated studies and discussions in the School of Education at the Catholic University of Campinas, in an attempt to advance beyond a*

---

(\*) Professoras da Faculdade de Educação da PUC-Campinas

*position based on prejudice to a position of forming a contextualized concept of distance learning which must be conscious of its limitations and coherent with an Educational Project which remains committed to social welfare.*

**Key words:** *Distance Learning; technology; learning; computers.*

“Hoje passamos da produção de artigos empacotados para o empacotamento de informações. Antigamente invadíamos os mercados estrangeiros com mercadorias. Hoje invadimos culturas inteiras com pacotes de informações, entretenimentos e idéias” (McLuhan, 1973 p.564-565).

O conjunto de experiências de tempo e espaço, do pessoal e inter-pessoal, de possibilidades e perigos da vida e que são compartilhadas por homens e mulheres em todo o mundo de forma vital, BERMAN (1987), designou como “modernidade” definindo por moderno aquele que permite encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas, ao mesmo tempo que ameaça destruir tudo o que se tem, tudo o que se sabe, tudo o que se é.

Ao mesmo tempo em que a modernidade une a espécie humana, pela sua característica de anular fronteiras raciais e geográficas, de classe e nacionalidade, de ideologia e religião, paradoxalmente desune, uma vez que envolve toda a humanidade num turbilhão de constante desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e incertezas, de elaboração e desconstrução do saber, das idéias e das coisas. Numa materialização do que Marx chamou e Berman tão bem retratou: “*Ser moderno é fazer parte de um universo no qual... tudo o que é sólido se desmancha no ar*” (Berman, 1987, p.15).

Numa sociedade que está muito longe de ser moderna por inteiro, o tema Educação à Distância ganha corpo e forma nos debates da tecnologia e educação, alimentado das novas tendências econômicas e suas influências no desabrochar do tema. Também a Lei 9394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira,

contribuiu para as proposições feitas e a divulgação enfática de experiências que já vinham se processando em diversas instituições no Brasil.

### **EAD no Brasil**

A educação à distância tem origem no intercâmbio de mensagens escritas na Antigüidade: primeiro na Grécia, depois Roma (cartas comunicando o cotidiano pessoal e coletivo, outras trazendo informações científicas e outras que se destinavam à instrução). Entrando pelo século XX, constatamos que há uma consolidação e expansão da educação à distância:

*“tem sido uma prática educativa, na medida em que viabiliza a interação pedagógica, cujos objetivos, conteúdos e resultados são comparados aos da educação como projeto e processo humanos que aconteceram em tempos e espaços que a história e a política definiram na cultura das diversas sociedades”* (Saraiva, 1996, p. 17).

Se partimos da idéia de educação como uma prática que pressupõe processos pessoais e sociais na relação do que foi ensinado com o que foi aprendido na realidade vivida, vamos encontrar visões reducionistas deste processo sendo denominadas de educação à distância, pois a educação só se realiza quando o processo garante uma verdadeira comunica-

ção bilateral, quando ultrapassa o oferecimento de materiais instrucionais ao aluno distante.

A educação exige atendimento pedagógico que supere a distância e promova uma reflexão professor-aluno por meios e estratégias institucionalmente garantidos. A escolha da tecnologia de comunicação (rádio, tv, material impresso, correspondência, computador) tem de ter como critério a efetiva promoção da interação pedagógica, sem desconsiderar a viabilidade, conveniência e custo-benefício.

A educação à distância no Brasil tem como marco inicial a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e de um plano sistemático de utilização educacional da radiodifusão para ampliar o acesso à educação, feita entre 1922 e 1925 por Roquete-Pinto. Assim como no mundo, a evolução da educação à distância (EAD) no Brasil acompanha o surgimento e a disseminação dos meios de comunicação. Passou pelo ensino por correspondência, pela transmissão radiofônica, depois televisiva, pela informática até os processos atuais de conjugação de meios: telemática e multimídia.

Encontramos registro de programas de EAD a partir da década de 60; alguns sem avaliação. Na estrutura do MEC existiu o Programa Nacional de Teleducação (Prontel) que foi substituído pela Secretaria de Aplicação Tecnológica (Seat).

Em 1993 aparecem as primeiras medidas concretas para a formulação de uma política nacional de EAD, através do MEC e do Ministério das Comunicações. Cria-se em 1994, pelo decreto n. 1237 de 6 de setembro, o Sistema de Educação à Distância. E em 1996, cria-se na estrutura do MEC, a Secretaria de Educação à Distância.

O Brasil vem construindo sua história de EAD desde a década de 20. Há maior oferta de programas de teleducação a partir da década de 70 e agora assistimos a um consenso no país de que, devido às suas dimensões e características precisa superar o modelo do sistema convencional de ensino e buscar por formas alter-

nativas para garantir que a educação inicial e continuada sejam direito de todos.

Nosso país, como os países em desenvolvimento, viveu uma rápida expansão dos sistemas de escolas primárias, que exigiu, por sua vez, a contratação de professores que tinham um mínimo de educação básica. O crescimento da população e a falta contínua de recursos faz com que as autoridades enxerguem no ensino à distância uma esperança para atualizar esse professor menos qualificado.

Pesquisas revelam que os professores formados à distância apresentam performance tão boa quanto os formados convencionalmente. No entanto, problemas e questões permanecem, o que indica precisaríamos de estudos longitudinais para avaliar adequadamente os resultados a longo prazo.

A tecnologia moderna propiciou a difusão da informação através de novas linguagens e de novos meios de comunicação mais ágeis e sedutores.

Hoje estamos mais informados, e, nesse contexto a escola compete com os meios de comunicação de massa; apesar de mais informados, estamos mais superficiais, menos críticos, mais influenciáveis.

*“O espaço da reflexão e da análise é a escola. É através dela que se deverá construir esta capacidade de interpretar, de criticar a informação”* (Guia Neto, 1995, p. 25).

Para que a escola consiga ensinar o aluno a lidar com a informação de forma a não consumi-la simplesmente, ela precisa contar com os meios técnicos de informação, tornando a ciência e a tecnologia parte do seu cotidiano reflexivo. E necessita ter presente que para enfrentar a rapidez das mudanças e o conseqüente obsolescimento do conhecimento disponível, tem de preparar o homem para aprender a aprender.

Resta-nos a questão: como garantir tal atitude em cursos de educação à distância?

### Questões metodológicas e a EAD

Jonassen em 1996 (p.70) já revelava preocupações de vários autores quanto à necessidade de reflexão sobre as concepções e métodos de ensino e aprendizagem que estão embasando os projetos de educação à distância. Defendendo pressupostos construtivistas, o autor aponta que o uso da tecnologia deve incentivar propostas interativas (aprender fazendo) com conteúdos problematizadores; aponta, ainda, que não basta reproduzir em vídeo informações, é preciso provocar o aluno para uma aprendizagem significativa. Realça, também, a importância de se criar um ambiente de trabalho colaborativo entre os usuários que utilizarão as várias ferramentas e instrumentos tecnológicos disponíveis, sempre na busca de respostas e soluções para problemas relevantes e reais, comprometidos com a vida.

Nesse sentido, ganha destaque o diálogo interativo das trocas pessoais que a tecnologia já permite mesmo à distância, via internet.

Interessante notar que, colocando tal ênfase na linguagem como mediadora e provocadora do processo, entendemos que, será necessário retomarmos os pressupostos da abordagem histórico-cultural onde os instrumentos, os signos e a relação com o outro constituem-se elementos essenciais no processo de aprendizagem humano (Vygotski, 1984). Muda-se, assim, o enfoque da questão colocada por Jonassen (1996): de aprender à aprender passaríamos a questionar como compartilhar o conhecimento à distância? Como criar relações de ensino à distância onde professor e aluno aprendam e ensinem? (Fontana e Cruz, 1997, p. 115).

Nos parece que esse é o desafio maior.

### A Lei 9394/96 Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as possibilidades da EAD para o Brasil

Arnaldo Niskier, cuja experiência lhe confere, na Comissão Nacional de Educação, a

abertura para a elaboração de uma política de educação à distância para o Brasil afirma que a metodologia de ensino à distância não é nova, pois é empregada desde o século passado. No Brasil, seu marco é 1972 quando um grupo de especialistas do MEC/UERJ é chamado para analisar as experiências do ensino por correspondência. A partir de então, o Ministro Jarbas Passarinho delegou a Newton Sucupira, Coordenador do MEC para assuntos internacionais, a criação de uma comissão de especialistas para estudar a implantação no Brasil, de experiência semelhante à OPEN UNIVERSITY de Londres. Niskier participou das doze reuniões da comissão que considera o embrião que desabrocha com a Lei 9394/96 onde 9 artigos explicitam o que se deseja em termos de aplicação da E.D. em nossos sistemas de ensino. O autor destaca a forte reação da comunidade pedagógica ao que responde de forma curiosa e até irônica, com o exemplo do que ocorreu na Inglaterra na ocasião da criação da Universidade Aberta cancelada pela rainha Elizabeth II:

*“Contratamos os 500 melhores professores universitários da Grã-Bretanha. A eles entregamos não apenas a elaboração dos módulos (units), distribuídos pelo Correio, mas também o controle de toda a avaliação do processo, a fim de que não se corresse qualquer risco em termos de qualidade. O resultado não poderia ser melhor. Hoje a Open University serve de modelo, com seu esquema interativo, utilizando a BBC, já estando com cerca de 200 mil alunos... Já não se questiona mais a questão da qualidade, pois ela já está definitivamente assegurada” (NISKIER, 1996, p. 51).*

No Brasil se constata o atraso no assunto, apesar das experiências reconhecidas pelo CNPq, iniciativas da UNB, e Universidade Federal de Santa Catarina entre outras não credenciadas pelo CNE.

Niskier destaca que os avanços que se registram no Brasil, estão nos *hardwares*, ilhas

de edição e rica tecnologia eletrônica. No entanto, a precariedade encontra-se na engenharia de *softwares*, produção de programas, indispensáveis na efetivação da E.D.

Dentre as críticas do autor encontra-se a afirmação de que somos corajosos para comprar equipamentos dignos de Primeiro Mundo, mas os salários de nossos especialistas e professores não passam do Segundo Mundo. Admite também que somos um grande mercado onde grupos estrangeiros tentam se instalar pelos mecanismos específicos da tecnologia e faz um apelo, lembrando a competência do atual Ministro Paulo Renato da Educação a quem cabe a cobrança imperiosa da qualidade dos projetos que venham a ser financiados ou ainda da aceleração do emprego de metodologias de ED não apenas no campo da capacitação e aperfeiçoamento de professores, mas em outras áreas igualmente importantes.

Sobre a falta de políticas e estratégias de continuidade Niskier expõe, como integrante do CNE, a proposta que prevê a criação de um Sistema Nacional de Educação Aberta e a Distância, onde apresenta um elenco de conveniências.

Essas medidas são assumidas tendo em vista as brechas deixadas pela LDB em relação à E.D. Dos 92 artigos definidores dos rumos da educação brasileira no milênio, o autor destacou 9 que dizem respeito à ED. que segundo ele, são os mais ricos da nova LDB.

Art. 5, parágrafo 5º “para o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente de escolarização anterior”. Para a interpretação dessas formas alternativas, abre-se a possibilidade da Educação à Distância.

Art. 32 - “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. Nesta citação o

autor lembra a importância de se diferenciar educação de ensino a distância.

Art. 36 - o ensino médio com três anos mínimos de duração “adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem iniciativas dos estudantes”. Também aqui o autor infere que essas metodologias podem ser da Educação à Distância.

Art. 38 - sobre os alunos do supletivo, que “os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames”.

Art. 37, Parágrafo 3º, exige que seja obrigatória a frequência de alunos e professores, “salvo nos programas de educação a distância”.

Art. 40 - cita a existência de diferentes estratégias de educação continuada, expressão permanente de educação permanente.

Art. 63 e 80 - previsão de educação continuada para profissionais de diversos níveis. “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis, modalidades de ensino, e de educação continuada”

Art. 87 - é possível prever a realização de cursos a distância para jovens e adultos insuficientemente escolarizados e programas de capacitação de professores em exercício.

Niskier resume sua conclusão afirmando que, desde que assegurada a qualidade, objetivo nº 1 da LDB, pode-se ter o pleno uso da educação a distância prevista em nove artigos, direta ou indiretamente. E ainda que potencialidade da ED requer a elaboração de uma política específica para evitar desequilíbrios educacionais de que somos pródigos. Países como a Inglaterra, Espanha, China, Bolívia, Canadá, Costa Rica, Israel, Estados Unidos e Portugal já se valeram deste caminho alternativo.

### **Computadores nas escolas brasileiras: problemas e soluções**

O conjunto dos requisitos de um mundo em mudança tão grande e rápida (educação permanente, Internet, construção independente do conhecimento, trabalhos de equipe) exige equipamentos modernos como televisores, gravadores, computadores etc. E não é fácil colocá-los a disposição de todos.

Fala-se que a tecnologia educacional pode diminuir as diferenças sociais e ajudar países pobres a se modernizarem. A questão é complexa porque mais que aquisição de equipamentos, exige *mudança de mentalidade*: pesquisas mostram que são necessários de 6 a 7 anos para que os professores sintam-se à vontade com computadores.

Analisando atitudes docentes, pesquisas mostram que de 7 a 10% dos professores são altamente motivados para usar o *novo*, 15% têm *fobia* à tecnologia e entre esses dois pólos há um *continuum* de cuja *conversão* depende o êxito da incorporação da tecnologia à educação. O treinamento consome cerca de 45% dos custos totais, o equipamento exige renovação constante (dada a turbulência tecnológica) e é preciso pensar em manutenção do equipamento e assistência técnica.

O primeiro esforço em Educação à Distância no Brasil foi um programa de televisão para capacitar professores do ensino fundamental. Todas as escolas públicas (até a 8ª série do 1º grau) com mais de 100 alunos poderiam receber recursos para a compra de uma antena parabólica, uma televisão, um videocassete e 10 fitas VHS. Houve cadastramento de 52 mil escolas e todas receberam os recursos. Pesquisas recentes mostram que apenas 32 mil (cerca de 60%, portanto), estão usando o equipamento.

O segundo esforço vem sendo implantado. Trata-se de um projeto de colocar laboratórios de computadores em todas as escolas de 5ª a 8ª série e 2º grau com mais de 250 alunos.

Isso significa atender 16.500 escolas e exige 300.000 computadores. Os estados devem dar, como contrapartida, linhas telefônicas, instalações físicas adequadas, corrente elétrica estabilizada e 3 professores capacitados por escola.

A primeira fase foi reduzida a 100 mil computadores. O projeto prevê centros que funcionarão como núcleos para treinamento de professores, assistência permanente e provedores. A primeira fase atinge **6 mil** das **200 mil** escolas. *Trata-se de uma gota d'água no oceano.*

Poppovic, secretário de Educação a Distância do MEC, afirma que quando a introdução da tecnologia educacional é iniciativa do governo há necessidade política de garantir o êxito. E que a opção será para locais com pequenas chances de fracasso, regiões já com processos de tecnificação. Afirma ainda que no Brasil, a opção vem sendo no sentido do aprofundamento das diferenças sociais, investindo em escolas de regiões mais adiantadas no país e dentro de cada estado, o que está levando a um aumento das diferenças. Poppovic considera que se o critério fosse justiça, equidade e necessidade, estar-se-ia investindo em telhados, carteiras, quadros-negros, luz elétrica, banheiros etc. Mas que não se pode ficar à margem da era da informação, da economia globalizada e que portanto, diante da escolha entre igualdade no atraso e iniquidade com progresso parcial, o governo optou pela segunda.

### **A Faculdade de Educação da PUC-Campinas: reflexões sobre EAD**

A Faculdade de Educação da PUC-Campinas, debruçada sobre as novas perspectivas e necessidades das reformulações cabíveis na atual LDB, inclui a Educação à Distância no rol de estudos que salientam a urgência de um posicionamento político e pedagógico que visa dar o salto qualitativo que ultrapasse o precon-

ceito e avance na formação consciente, crítica e sobretudo contextualizada de um conceito para a Educação à Distância.

Como já é conhecido no meio onde se veicula esse tema, a comunidade pedagógica, professores e especialistas, trazem uma certa resistência ao assunto e às possibilidades que sua prática acena. A grande preocupação que paira sobre essa posição diz respeito ao esvaziamento do conceito de educação e da ação pedagógica presencial que tem por tradição materializar a relação ensino e aprendizagem a partir do convívio entre professor e aluno em sala de aula e nas situações educacionais que dela emergem.

A polêmica sobre a denominação “educação à distância e ensino à distância” talvez aliviasse parte dessa preocupação. O que não significa que a anularia totalmente. O que parece no entanto assombrar o meio educacional hoje, é o mesmo que ocorreu nos meios empresariais há cinco ou seis anos atrás: o descarte dos que não adentram os salões da modernidade tecnológica dos processos produtivos. As reengenharias dos sistemas de produção, a modernização tecnológica espelhada nos padrões de qualidade e competitividade marcaram a transição da sociedade neste final de milênio tendo na mira a educação e as novas exigências que mais serviram para destacar o descompasso entre educação e tecnologia do que acenar com possibilidades de democratização do conhecimento.

O que se torna urgente hoje, é a contextualização da educação com vistas às tecnologias disponíveis, ao perfil do educando demandado por essa nova forma de acessar o saber, e a hegemonia do mercado de informática que busca cada vez mais, simplificar os comandos de acesso à informação, tornando a máquina um artigo de necessidade básica na comunicação, no cotidiano da vida e das profissões das pessoas. Não se pode ignorar o interesse do mercado de informática em lugares como o Brasil.

Se a educação vinha, há dez anos atrás, reclamando qualidade de ensino e democratização do saber, o que incluía valorização do professor e políticas educacionais coerentes com essas reivindicações, a explosão veloz que invadiu os meios de comunicação, inserindo o computador e suas facilidades, atropelou essas reclamações impondo outras atitudes sem ao menos ter superado as deficiências que trazia, desde as reformulações da Lei 5692/71.

Parece que isso no Brasil já se tornou cultura. O país saiu de uma ditadura militar lutando por uma democracia que permitisse a construção da cidadania nacional e, antes mesmo que isso fosse efetivado, caiu na onda neoliberal, pregando a qualidade total dos processos, impregnando o sistema educacional com as idéias de produtividade e competitividade. O fosso entre os que dependem da escola pública e aqueles que usufruem dos benefícios econômicos e tecnológicos, acessando o conhecimento de forma qualitativa e agradável, aumentou, segundo análises de especialistas e críticos do sistema educacional brasileiro.

A Faculdade de Educação da PUC-Campinas tem se firmado no cenário intelectual acadêmico e também na rede pública de ensino, como instituição cujo projeto pedagógico prima pela formação do educador crítico, pelo estabelecimento da relação entre a prática educativa presencial e o desenvolvimento de atitudes de pesquisa, tornando a relação educador e educando fértil de situações de aprendizagem e de reflexões que alimentam a pesquisa e as novas práticas teórico-metodológicas. Hoje, final do segundo milênio e com uma história de mais de 50 anos formando o professor para atuar na escola, em sala de aula, numa relação presencial com os alunos, é chamada a assumir os desafios da educação à distância, por meio de equipamentos tecnológicos e salas virtuais. Recursos didáticos e posturas pedagógicas são substituídos por sistemas de *hardwares* e *softwares*. É preciso registrar esse

marco na história da Universidade e da Educação Brasileira.

A Universidade, e em especial, a Faculdade de Educação da PUC-Campinas, nos últimos dez anos vem lutando pela efetivação do objetivo fincado no tripé “ensino-pesquisa-extensão”, buscando equiparar seu potencial de formação do professor e sua prática de ensino, ao potencial de formação do professor pesquisador com uma iniciação científica ampliada continuamente, privilegiando igualmente ensino e pesquisa. No entanto, antes de ver esse ideal concretizado, surge a Lei 9394/96 que traz, entre outras, a característica de inflamar, tornando as vezes febril, o debate dos educadores e especialistas da Faculdade diante das interpretações que se oferecem. As possibilidades dadas pela Lei, em relação à flexibilização da formação profissional, projetando uma universidade operacional, cuja autonomia consiste na obtenção de recursos para auto-gestão, produção de “produtos” que correspondam às novas exigências do mercado econômico, entre outros, trazem dentro o rol de questões a oferta deste novo “produto”: a Educação à Distância.

Em maio de 1999, uma comissão de estudos foi organizada na Faculdade de Educação, a partir do interesse dos participantes pelo assunto, para iniciar uma discussão mais aprofundada e fundamentada. O Departamento de Metodologia de Ensino e Pesquisa Pedagógica liderado pela sua coordenação, vem realizando, a partir daí, seminários sobre diferentes visões e experiências de Educação à Distância, numa primeira ação a ser ampliada no segundo semestre, envolvendo toda a comunidade acadêmica. Entende-se que é preciso romper o preconceito e anunciar o conceito, nascido de estudos e discussão crítica sobre os limites e as possibilidades da instituição.

O debate está em curso e tem chamado profissionais também de outras áreas a participar, numa disseminação da EAD como recurso reconhecidamente eficaz na educação conti-

nuada, capacitação em serviço, entre outros. Esse dado se tem a partir de experiências e participação de teleconferências, cursos, em salas virtuais que colocam alunos de todo o país numa inter-relação que oferece, principalmente, uma visão do interesse que existe hoje por esse assunto e sua aplicabilidade no futuro, que privilegiará como moeda forte, o conhecimento. No entanto, é preciso considerar as implicações empíricas e metodológicas, ou históricas e teóricas da educação à distância que podem ser colocadas de modo inovador, situando a educação em pé de igualdade com as demais instituições diante das transformações deste final de século, que segundo ORTIZ, (1994) tem se pronunciado por meio de metáforas como “terceira onda”, “primeira revolução mundial”, “aldeia global”, “nova babel”, etc. pois revelam a realidade emergente, ainda fora do alcance das ciências sociais.

Ao Brasil, situado entre as nações que aderiram à Sociedade da Informação, uma nova atitude de adesão é cobrada hoje pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Uma escolha que o coloca, como afirma POPPOVIC, (1996): entre a igualdade no atraso ou iniquidade com progresso parcial. Ao Ministério de Educação e seus Especialistas cabe o esforço de minimizar os riscos com gastos de recursos em programas que possam falhar. Às Universidades e outras instituições com fins educacionais, cabe o estudo permanente, crítico e responsável sobre os desígnios de tal aventura moderna.

### Referências Bibliográficas

- BERMAN, Marshall, *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FONTANA, R. e CRUZ, N. *Psicologia e trabalho pedagógico*. São Paulo: Atual, 1997.
- GUIA NETO, Walfrido S. dos M. Educação para a cidadania. *Comunicação e Educação*, n.3, São Paulo: USP, Moderna, p.18-25, mai./ago. 1995.

- IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1994.
- JONASSEN, D. O uso das novas tecnologias na educação à distância e a aprendizagem construtivista. In: *Em Aberto*. Educação à Distância. Brasília, ano 16, no. 70, abr./jun. 1996. INEP Instituto Nacional de Educacionais.
- NISKIER, Arnaldo, Mais perto da educação à distância. In: *Em Aberto*. Educação à Distância. Brasília, ano 16, nº 70, abr./jun. 1996. INEP (Instituto Nacional de Educacionais).
- McLUHAN, Marshall, *A Imagem, o Som e a Fúria*. Bernard Rosemberg e David Manning White (orgs.). Cultura de Massa, tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- POPPOVIC, Pedro P. Educação à distância: problemas da incorporação de tecnologias educacionais nos países em desenvolvimento. In: *Em Aberto*. Educação à Distância, Brasília, ano 16, nº 70, abr./jun. 1996. INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais).
- SARAIVA, Terezinha. Educação à distância no Brasil: lições da história. *Em Aberto*, n 70, Brasília, v. 16, p. 17-7, abr./ jun. 1996.
- VYGOTSKI, L.S. *A formação da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.